

FOLHA DE S. PAULO

14 ABR 1988

Sistema tributário

ANC PE

Governadores mandam secretários pressionar por reforma

Da Sucursal de Brasília

Secretários da Fazenda de oito Estados circulavam ontem pelo Congresso Nacional animados com a perspectiva de aprovação do novo sistema tributário no plenário. O secretário paulista José Machado de Campos Filho, por exemplo, calculava que São Paulo terá um aumento de receita de 7 a 8% no próximo ano caso seja aprovado o texto na forma proposta pela Comissão de Sistematização e pelo Centrão.

Segundo Machado, a média de acréscimo nos outros Estados será 15% das atuais receitas. "Está se votando a grande modificação na estrutura do país", concordava, ao seu lado, o secretário da Fazenda do

Rio de Janeiro, Hilário Gouveia, empenhado em conversar com membros da bancada federal de seu Estado com o objetivo de garantir as alterações defendidas pelos secretários estaduais.

"A mudança mais importante para os Estados é a incorporação dos impostos únicos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias", disse o secretário da Fazenda do Amazonas, Osias Monteiro Rodrigues, negando que as regiões mais pobres do país sejam prejudicadas pelo novo sistema tributário. O governo federal vem usando este argumento para conseguir que os constituintes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste votem pela manutenção dos impostos únicos na

esfera da União. "Na verdade, ninguém ganha muito, mas certamente ninguém perde", afirmou Rodrigues, acrescentando que, no caso específico do Amazonas, o aumento de receita é de 10%.

"A União está reclamando sem razão", comenta o secretário Machado, de São Paulo. Para ele, a transferência de recursos a Estados e municípios deve ser acompanhada da descentralização administrativa do país, retirando encargos do governo federal. "O texto, se for aprovado, fortalece o poder local", acrescenta Machado. Ele assinala que os prefeitos eleitos este ano serão beneficiados.

Na opinião do secretário do Rio, "a União perderá poder, inclusive

político, mas o país como um todo será fortalecido". Gouveia, no entanto, evitou adiantar o índice de aumento de receitas para seu Estado. "A vantagem é que passamos as decisões administrativas do planalto para a planície", afirmou o secretário, repetindo a tese da descentralização defendida por seu colega paulista.

Entre os secretários, havia poucas esperanças de que o novo sistema tributário entre em vigor já a partir de 1º de julho próximo, como o grupo chegou a pleitear. Devido ao cronograma do Congresso constituinte, as alterações somente deverão passar a valer a partir de 1º de janeiro do próximo ano.

(Andrew Greenlees)

Morte de senador suspende sessão do plenário

Das Sucursais de Brasília e Recife

A morte do senador Antônio Faria (PE), único representante do Partido Municipalista Brasileiro no Congresso, fez com que o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimaraes (SP), suspendesse a sessão de ontem, conforme determina o regimento interno. Faria, 55, sofreu um infarto do miocárdio fulminante, no início da tarde de ontem e faleceu no posto médico do Senado Federal. Os parlamentares

havam acabado de aprovar globalmente o Capítulo I do Título VI ("Da Tributação e do Orçamento") apresentado pelo Centrão, que agora será votado artigo a artigo, quando a sessão foi suspensa.

Antônio Farias foi eleito em 1986, com 1.294.869 votos, na coligação que elegeu Miguel Arraes, do PMDB, governador de Pernambuco. Após abandonar o PDS, fundou em 1986 o PMB em seu Estado. Foi prefeito de Recife (75-79). Seu suplente é Ney Maranhão.

FOLHA DE SÃO PAULO

14 ABR 1988